

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
Aplicadas

Joud Bayeh

Burocracia Representativa - Revisão Bibliográfica

São Bernardo do Campo
2022

JOUD BAYEH

Burocracia Representativa - Revisão Bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Políticas Públicas, da Universidade Federal do ABC como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Ivan
Filipe de Almeida Lopes
Fernandes

**São Bernardo do Campo
2022**

Em mem3ria da minha amada m3e, Lina Nasrallah.
O Amor 3 a Cura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todo o corpo docente dos Bacharelados de Ciências e Humanidades e de Políticas Públicas da UFABC por todos os ensinamentos e lições. Agradeço também a todos os colegas com quem compartilhei tantas aulas, ainda que esporadicamente, presencialmente ou online e que, de alguma forma, enriqueceram e contribuíram para minha formação.

Agradeço a minha família, sobretudo meus pais que sempre me apoiaram na decisão de fazer uma nova graduação, a minha esposa, Gabriela, pelo companheirismo e amor em todos os momentos e as minhas irmãs Bárbara e Rebeca, por serem sempre minha fonte eterna de inspiração e admiração.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou traçar um histórico evolutivo do conceito de Burocracia Representativa ao longo da história, com base nos principais autores que trataram sobre o assunto desde seu surgimento, em 1944. Foram analisados os estudos mais relevantes dos últimos 10 (dez) anos sobre o assunto com o objetivo de entender quais as tendências e conclusões principais sobre o tema, bem como, analisar o impacto das políticas que adotam a teoria da burocracia representativa na eficácia da prestação dos serviços públicos. Por fim, conclui-se o trabalho com sugestões de quais caminhos de pesquisa devem ser seguidos para consolidar a Burocracia Representativa como um modelo de administração pública.

Palavras-chave: Burocracia representativa, representação ativa, representação passiva.

ABSTRACT

This course conclusion work sought to trace an evolutionary history of the concept of Representative Bureaucracy throughout history, based on the main authors who dealt with the subject since its emergence in 1944. Finally, the most relevant studies of the last 10 (ten) years on the subject, to understand the trends and conclusions on the subject, as well as analyze the impact of policies that adopt the theory of representative bureaucracy on the efficiency of the provision of public services. Finally, the work is concluded with suggestions of research methods that should be followed to consolidate the Representative Bureaucracy as a model of public administration.

Keywords: Representative bureaucracy, active representation, passive representation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I - Países Objetos de Estudo.....	21
GRÁFICO II - Estratégias de Análise.....	22
GRÁFICO III - Unidade de Análise.....	23
GRÁFICO IV - Setorização dos estudos analisados.....	24
GRÁFICO V - Tipos de Análise da Burocracia Representativa.....	25
GRÁFICO VI - Opinião do Público x Tipos de Representatividade.....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - BUROCRACIA E BUROCRACIA REPRESENTATIVA - CONCEITOS DOCTRINÁRIOS.....	8
1.1. Um Breve Histórico e Conceito de Burocracia.....	8
1.2. Burocracia Representativa - Conceitos Prévios.....	10
1.3. Desenvolvimento Conceitual.....	11
1.4. Críticas à Teoria.....	15
1.5. Conclusões dos Conceitos Doutrinários.....	17
CAPÍTULO 2 - Revisão Bibliográfica.....	18
2.1. Introdução à Revisão Bibliográfica.....	18
2.2. Metodologia Adotada.....	18
2.3. Análise dos dados coletados.....	19
2.3.1. País objeto do estudo.....	19
2.3.2. Estratégia de análise (quantitativa, qualitativa ou mista);.....	20
2.3.2. Principais ideias abordadas nos artigos analisados e população estudada representados.....	21
2.3.3. Setores de Estudo e Tipos de Análises.....	23
2.3.3.1. Efetividade de uma política.....	24
2.3.3.2. Parcela da população.....	25
2.3.3.3. Redução de desigualdade.....	26
2.3.3.4. Aplicação do orçamento.....	26
2.3.4. A correlação entre Opinião do Público Alvo e o Tipo de Representatividade.....	27
CONCLUSÃO.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	31

ANEXO A - DADOS DOS ARTIGOS ANALISADOS PARA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA “BUROCRACIA REPRESENTATIVA”, DO PERÍODO DE 2012 A 2021	36
--	-----------

INTRODUÇÃO

A Burocracia representativa é objeto de estudo desde a década de 1940 (KINGSLEY, 1944), visando investigar a proporcionalidade das minorias na composição da burocracia, mensurando a desproporcionalidade entre a burocracia pública e a composição demográfica da população que ela serve. Ao longo dos anos, os estudos foram se desenvolvendo para verificar se havia alguma relação entre a representação burocrática e o desempenho das políticas públicas (MOSHER, 1968). Estudos mais recentes tentam fazer análises explorando a relação entre a diversidade na burocracia e a obtenção de melhores resultados.

Dada a vasta literatura no exterior sobre o tema, que busca evidenciar que a teoria da Burocracia Representativa é de fato benéfica, uma vez que uma maior representatividade de grupos diversos (em termos étnicos, de gênero e raça) na burocracia é essencial na garantia dos interesses destes grupos na tomada de decisão (LONG, 1952, p. 810 ; MEIER, 1975, p. 527), o que resultaria, portanto, em melhores resultados institucionais no setor público, este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão da literatura estrangeira, visando organizar as descobertas mais relevantes nos últimos anos e, ao final, entender de maneira mais organizada, quais as hipóteses que geram melhores resultados e quais devem ser mais profundamente investigados.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. Primeiramente, apresenta-se brevemente um histórico sobre o conceito de burocracia. Em seguida, apresentamos um panorama histórico da literatura sobre burocracia representativa. Na sequência, com base em uma revisão da literatura produzida na última década, discute-se as características mais marcantes nos estudos mais relevantes sobre o tema. Ao fim, conclui-se com a análise das críticas à teoria e sugestões de aprimoramento das pesquisas neste tema.

CAPÍTULO 1 - BUROCRACIA E BUROCRACIA REPRESENTATIVA - CONCEITOS DOCTRINÁRIOS

1.1. Um Breve Histórico e Conceito de Burocracia

Antes de dar início à análise proposta por este trabalho, é fundamental compreender a história e os diversos conceitos em torno da Burocracia, parte essencial do objeto de estudo. Deste modo, será possível estabelecer a que se refere a Burocracia objeto desta revisão bibliográfica, facilitando o entendimento dos capítulos subsequentes.

Para fins didáticos, tratar-se-á de dois períodos históricos nos quais tentou-se definir Burocracia e seus limites, sendo eles a burocracia weberiana e a Nova Administração Pública (*New Public Management* - NPM).

O modelo weberiano é considerado a fundação intelectual do conceito em estudo e continua sendo o modelo o qual a maior parte das reformas de burocracia tentam combater (PETERS, 2009, p. 9). Por outro lado, a NPM, uma das principais reformas propostas ao modelo weberiano, surge em um contexto de crise econômico-fiscal, abrindo espaço para um novo modelo. Trata-se de um época de mudanças sociais e de crítica ao papel do Estado, com maior ênfase no mundo anglo-saxão (SECCHI, 2009, p.349).

Até este momento, as burocracias eram marcadas pelo modelo Weberiano, que se caracterizava pela sua racionalidade, impessoalidade e padronização na condução da coisa pública. Isso significa dizer que neste modelo, os serviços públicos eram prestados de acordo com as regras escritas, sem muito espaço para discricionariedades, dando um tratamento uniforme a todos os cidadãos. Este modelo era desenhado para combater o clientelismo e patrimonialismo, sendo pautado pelo devido procedimento legal

Nota-se, de pronto, que a ideia de burocracia representativa preliminarmente apresentada, dissocia-se deste conceito inicial de burocracia trazido por Weber, já que ele se inspira justamente na ideia de que um burocracia mais bem representada tende a obter melhores resultados, o que contraria a ideia meramente procedimental do burocrata.

Cumpra aqui, apenas para fins didáticos, conceituar o termo “burocrata”, para que haja fluência na leitura deste trabalho. Utilizando o conceito de Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes (2011, p. 27), “burocratas são todos os agentes do governo que ocupam posições no Poder Executivo e que não foram eleitos”. Ou seja, a análise da burocracia representativa pautar-se-á sempre sobre os agentes governamentais não eleitos.

Dando continuidade ao histórico do conceito de burocracia, a NPM, por sua vez, ao contrário do formalismo de Weber, está pautada pelo resultado. Em sua agenda, estão a melhoria dos serviços públicos através de importação de conceitos, técnicas e princípios da iniciativa privada. Ou seja, a NPM está pautada na ideia de fazer mais com menos e de ser orientada por resultados. Nas palavras de Secchi (2009, p. 354), “a administração pública gerencial ou nova gestão pública (new public management) é um modelo normativo pós-burocrático para a estruturação e a gestão da administração pública baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade”.

Neste novo modelo, ocorre a defesa da ideia de competitividade entre as agências, contratação de serviços externos e a noção de propriedade pública não-estatal, a exemplo das Organizações Sociais (BRESSER PEREIRA, 2001, p. 23). Sendo assim, pela primeira vez trata-se da ideia de melhoria na entrega do serviço público, o que está intrinsecamente ligado aos conceitos de representação ativa e simbólica, que será trabalhado mais para frente.

Estes dois momentos históricos assim definidos, servem de base para compreender os estudos sobre Burocracia Representativa. Ao longo dos textos analisados para o presente trabalho, nota-se que todos já partem do princípio de que a burocracia deve buscar maior eficiência e eficácia, sendo certo que a representatividade pode ser uma importante ferramenta neste sentido, conforme verificar-se-á nos próximos capítulos.

1.2. Burocracia Representativa - Conceitos Prévios

A teoria da burocracia representativa determina que as burocracias que compartilham as características demográficas do seu público podem atuar de maneira benéfica aos interesses da população que ela atende (MOSHER, 1968). Neste sentido, é imperioso determinar os conceitos de Representação passiva e Representação ativa e Representação Simbólica para prosseguir com a conceituação da Burocracia Representativa.

Representação passiva se manifesta quando as organizações governamentais refletem em seus quadros uma proporção similar à da população em relação ao gênero ou raça (ATKINS e WILKINS, 2013, p. 772). A Representação passiva torna-se uma Representação ativa quando a característica demográfica compartilhada resulta na efetiva promoção de políticas públicas que beneficiam a parcela da população representada (MOSHER, 1968).

Para além dessas duas classificações (ativa e passiva), existe uma terceira, chamada de Representação Simbólica, na qual alguns estudos avaliam qual o impacto da representação burocrática passiva no público por ela representado.

Estes conceitos de tipos de representação reconhecem que, sob certas circunstâncias, existe uma correlação entre a representação burocrática e as tomadas de decisão que afetam as minorias da sociedade. Os estudos sobre Burocracia Representativa examinam justamente quais as circunstâncias sob as quais a representação burocrática produz, ou não, resultados positivos para grupos tradicionalmente sub-representados.

Ao passo que alguns dos estudos aplicam a teoria da burocracia representativa para examinar os efeitos da representação nos resultados que beneficiam os grupos minoritários, constata-se que os estudos existentes carecem de uma análise aprofundada da aplicação da teoria, perdendo, portanto, a oportunidade de examinar a força e a limitação de sua aplicação mais ampla.

Quanto à conceituação do tema, identifica-se um desenvolvimento histórico da burocracia representativa juntamente com sua evolução conceitual. Interessante notar que as definições do conceito de burocracia representativa, bem como a evolução de sua estrutura teórica, pode ser classificado tanto pela sua produção de resultados, quanto como a representação se manifesta (representação passiva, ativa ou simbólica) e quais pressupostos são necessários para a representação representativa.

Deste modo, pretende-se traçar o desenvolvimento conceitual da teoria ao longo do tempo, bem como, entender as tendências nos tipos de questões abordadas e perguntas feitas quando a teoria é aplicada.

Por fim, faz-se uma avaliação de como a burocracia representativa foi testada. Isso ajuda a destacar as diferentes dimensões dentro das quais o referencial teórico tem sido usado, bem como a identificar seus pontos fortes, lacunas e limitações. A análise dos estudos revela que a burocracia representativa foi testada em diversas áreas de políticas, localizações geográficas (principalmente nos Estados Unidos) e usando identidades demográficas (principalmente raça e sexo). Além disso, infere-se que o referencial teórico foi predominantemente testado usando técnicas analíticas Qualitativas, e apenas alguns estudos usam análise qualitativa ou métodos mistos, conforme demonstrado no capítulo 2.

1.3. Desenvolvimento Conceitual

A noção de burocracia representativa foi introduzida pela primeira vez em 1944 por Donald Kingsley (1944). Somente na década de 1960, quando Frederick Mosher (1968) expandiu a estrutura teórica para incluir tanto a representação passiva quanto a ativa, a burocracia representativa começou a se assemelhar ao que vemos hoje nos estudos atuais. A seguir, detalhar-se-á como os primeiros estudiosos da representação aplicaram a teoria da burocracia representativa ao longo do tempo.

Donald Kingsley ao discutir a composição do Serviço Civil Britânico, definiu a burocracia representativa como uma forma pela qual as

organizações governamentais representavam descritivamente a classe social mais poderosa da sociedade (KENNEDY, 2012, p. 9). Ao representar o grupo dominante, a burocracia mantém o controle social. Em seu trabalho, Kingsley (1944, p. 185) afirma:

“O estado democrático não pode se dar ao luxo de excluir qualquer corpo considerável de seus cidadãos da plena participação em seus assuntos. Requer em todos os pontos aquela visão e sabedoria superiores que são o produto peculiar da reunião de diversas correntes de experiência. Nisto reside a força do governo representativo. Dela depende a superioridade do serviço público democrático sobre seus rivais totalitários. Em uma democracia, a competência por si só não é suficiente. O serviço público também deve ser representativo para que o Estado liberte e não escravize.” (Tradução livre)

Do ponto de vista de Kingsley, para ter sucesso em alcançar um estado democrático, os funcionários do governo devem ser recrutados entre as forças dominantes da sociedade. A representação terá sucesso se o governo espelhar sua população em termos de habilidade, crenças e classe (KIM, 1993, p. 228). Além de focar na classe social, Kingsley também argumentou que as mulheres deveriam ser representadas dentro do serviço público. As ideias de Kingsley, portanto, estão mais alinhadas com o que se convencionou chamar de representação passiva, conforme definido acima..

Dois anos depois, David Levitan (1946) foi o primeiro a utilizar o conceito de burocracia representativa para os Estados Unidos, local onde se encontram a maioria dos estudos sobre o tema. Ele argumentou que, para garantir a responsabilização e a discricionariedade efetiva, a burocracia deve representar a população na qual serve. Levitan argumenta que como os burocratas não são eleitos, mas nomeados, a correspondência demográfica é

a única maneira de garantir que os valores e as necessidades das pessoas sejam atendidos¹ (PITTS, 2007, p. 501).

Já em 1952, Norton Long (1952, p. 810) conectou a representação burocrática à tomada de decisão política. Long expandiu o arcabouço teórico argumentando que mesmo as autoridades eleitas no governo federal não representavam os interesses do público em geral (MEIER, 1975, p. 527). Ele observou que os burocratas eram mais representativos e, portanto, mais aptos a atender efetivamente o público do que as próprias autoridades eleitas. Long argumentou que os burocratas tenderiam a ser “mais democráticos em composição do que o Congresso” e, portanto, deveriam extinguir “as deficiências do Congresso e do executivo político” (MEIER e NICHOLSON-CROTTY, 2006, p. 812).

Ainda nos Estados Unidos, Paul Van Riper (1958) ampliou a definição de burocracia representativa, dando-lhe requisitos específicos. Em primeiro lugar, para ser representativo, o autor argumenta que o serviço público deve corresponder demograficamente com seus constituintes. Em segundo lugar, defende-se que os funcionários do governo devam ter valores semelhantes para a sociedade. Assim como Long, Van Riper acreditava que a burocracia representativa era benéfica ao trabalho do governo e aos interesses do público.

Ele argumentou que a representação melhora a capacidade de resposta e apoia a capacidade de grupos sub-representados ascenderem dentro de uma organização. Além disso, Riper defende que os funcionários públicos que espelham as pessoas que servem são mais propensos a tomar decisões políticas que apoiam os valores, atitudes e preferências da sociedade (HINDERER, 1993, p. 12).

¹ Traçando um paralelo com os tempos atuais, há uma evidente precipitação nas conclusões de Levitan, já que, quando se trata de representatividade por meio de eleições, como por exemplo, nas eleições das câmaras legislativas das democracias modernas, ainda assim, há uma prevalência de grupos eleitos que não representam a demograficamente a população. Contudo, sua observação quanto à necessidade de maior representação burocrática faz completo sentido dentro do contexto estudado.

Já em 1967, Hanna Pitkin teorizou que a representação passiva era tão somente um dos tipos de representação, sendo considerada como “ser algo ao invés de fazer algo” (PITKIN, 1967, p. 209). Como contraponto, Pitkin defende uma representação que atua nos interesses de seus representados (MEIER e ENGLAND, 1984, p. 67). Ou seja, para Pitkin, a representação passiva representa a mera utilização da informação demográfica, ao passo que representação ativa implica em mensurar comportamentos e atitudes (MEIER e NIGRO, 1976, p. 462). Por fim, Pitkin acreditava que o serviço público americano deveria ser um retrato exato, em miniatura, do grande público, devendo “pensar, sentir, raciocinar e agir como ele” (NAFF e CAPERS, 2014, p. 60).

Já em 1968, conforme dito acima, Frederick Mosher expandiu o conceito de burocracia representativa, relacionando a tomada de decisão a valores individuais que são influenciados pela representação demográfica dos burocratas. Mosher define representação passiva (ou sociológica), como uma representatividade que se relaciona com a origem dos indivíduos e a intensidade com que, coletivamente, espelham a sociedade. Por outro lado, representação ativa (ou responsável), segundo Mosher, está relacionada com a noção de uma representatividade na qual se espera que um indivíduo exerça suas atividades pautado nos interesses e desejos daqueles que ele representa (HINDERER, 1993, p. 12).

Além disso, Mosher defende que a burocracia representativa é um símbolo de inclusão e democracia, e portanto, apesar da diferenciação entre representação ativa e passiva, o autor chama atenção para o fato de que há um risco em burocratas tomarem decisões pura e simplesmente para que favoreçam sua demografia, desconsiderando o interesse público.

Vários estudiosos, desde então, exploraram até que ponto as burocracias representativas agiriam de maneira a beneficiar ou prejudicar pessoas que se identificam com certas características sociais. A teoria tem sido usada como uma forma de examinar como grupos desprivilegiados, como negros, mulheres e grupos indígenas, podem ser mais bem

representados em agências governamentais e mais bem atendidos por políticas públicas.

Na sequência de Mosher, Heinz Eulau e Paul D. Karps (1977) concentraram seu trabalho em expandir o conceito de representação cidadã, em uma crítica chamada de “crise na teoria representacional”, para discutir a tomada de decisão legislativa (p. 241). Eles argumentaram que a literatura não apoiava empiricamente a teoria, que não identifica diferenças de poder entre cidadãos e funcionários eleitos e que a teoria não considerava a responsividade, conforme descrito por Pitkin (1967).

Portanto, Eulau e Karps (1977) expandiram a teoria da representação ao incluir facetas de responsividade ou quatro maneiras pelas quais os burocratas podem representar ativamente seus clientes por meio de congruência política, responsividade de serviço, responsividade de alocação e responsividade simbólica (Hindera, 1993).

A congruência de políticas concentra-se nas questões sociais mais amplas que afetam as políticas. A capacidade de resposta (responsividade) do serviço refere-se à capacidade dos representantes de fornecer benefícios aos seus constituintes. A capacidade de resposta de alocação é a capacidade de um funcionário eleito de obter benefícios para seus eleitores por meio de negociações administrativas. Finalmente, a responsividade simbólica existe quando o público demonstra confiança em seu representante. É neste momento que surge a ideia de uma representação simbólica, ou seja, aquela representação que garante que o público alvo também deve perceber a melhoria na representação burocrática.

A avaliação histórica da teoria da burocracia representativa demonstra como os estudiosos definiram, examinaram e aplicaram a teoria ao longo das décadas. Com base nesta recapitulação histórica da teoria, a seção a seguir apresenta algumas críticas à teoria, encontradas ao longo da pesquisa.

1.4. Críticas à Teoria

Apesar de uma vasta maioria de artigos e pesquisas que buscam validar a teoria da Burocracia Representativa, tratando-se de uma revisão bibliográfica, é importante salientar que ela também sofreu críticas ao longo das décadas. Samuel Krislov (1974, p. 136), argumenta que a distinção entre representação passiva e ativa é bastante clara em teoria, mas não se sustenta na prática. Mesmo na década de 1970, Krislov afirma também que a burocracia representativa não era realizável de fato, porque as características dos funcionários nunca poderiam realmente prevalecer sobre o propósito racional e técnico da burocracia (visão Weberiana de burocracia).

Argumenta-se que, mesmo com diversas pesquisas que tentaram identificar as condições sob as quais representantes de minorias eram mais propensos a representar os interesses de suas comunidades, Meier e Hawes (2009, p. 274) argumentam que a relação entre representação passiva e ativa é mais correlativa do que causal, ou seja, nos lugares onde há maior representação burocrática tende a ter uma maior representatividade dos interesses da comunidade por se tratarem de questões correlacionadas (um governo que implementa técnicas de burocracia representativa estaria também propenso a executar políticas públicas mais inclusivas), não se tratando portanto de uma relação de causa e consequência.

Por fim, Elizabeth Ganter (2016, pp. 12-13), afirma que as pesquisas e trabalhos que se debruçam sobre a burocracia representativa priorizam a administração pública e se esquecem dos grupos representados. Ela argumenta que os estudos não fazem as perguntas relevantes sobre a relação entre burocratas representativos e seus grupos de identidade, e como esses burocratas reconciliam sua identidade com a visão racional e técnica da burocracia.

A correlação entre representação ativa e passiva, portanto, seria considerada útil tão somente para fins de administração pública. Aos olhos da autora, portanto, a burocracia representativa cria a aparência de um estado imparcial, destacando os membros de certos grupos sociais para tipos particulares de representação, contudo, não se pautará pela visão do público atendido.

1.5. Conclusões dos Conceitos Doutrinários

Conforme visto neste capítulo, investigou-se o conceito de burocracia representativa, bem como, a sua evolução ao longo da história, com base na revisão bibliográfica “histórica”. É possível perceber que há uma corrente majoritária que construiu ao longo da história uma forte teoria de representação da burocracia, sendo certo que a maioria dos pesquisadores até o momento confirmam a necessidade e eficácia das representações passiva, ativa e simbólica na administração pública.

Por outro lado, há críticos da teoria, que defendem não se tratar de uma questão de causa e efeito entre a burocracia representativa e a melhora nas políticas para grupos sub-representados, bem como, de que não se leva em consideração as impressões do público na hora de avaliar se de fato esta teoria se sustenta.

A partir do capítulo seguinte, passar-se-á a analisar as pesquisas mais recentes sobre o tema, para que seja possível analisar quais as últimas atualizações e tendências de pesquisa no campo da burocracia representativa e verificar se os críticos da teoria possuem fundamento.

CAPÍTULO 2 - Revisão Bibliográfica

2.1. Introdução à Revisão Bibliográfica

Até o momento, este trabalho se prestou a traçar um panorama geral do conceito de Burocracia Representativa e, para tanto, efetuou uma revisão bibliográfica dos principais artigos sobre o tema até o momento, ao longo de décadas. A proposta deste segundo capítulo, é verificar quais os pontos pacíficos e quais ainda existem conflitos com base nos estudos mais recentes sobre o tema “Burocracia Representativa”. Para tanto, estabeleceu-se uma metodologia de análise dos artigos, nos quais procurou-se identificar alguns fatores chave para a compreensão da teoria.

O banco de dados produzido pela pesquisa pode ser verificado ao final deste trabalho (ANEXO A), no qual será possível verificar todos os principais dados coletados.

2.2. Metodologia Adotada

Para selecionar os trabalhos mais recentes sobre Burocracia Representativa, objetos da presente revisão bibliográfica dos, pesquisou-se o termo “Representative Bureaucracy” no portal de artigos acadêmicos JSTOR, relativos aos últimos dez anos (de 2012 a 2021). A pesquisa gerou 104 resultados, que foram filtrados um a um. Ao fim do filtro, foram selecionados 23 artigos de periódicos e revistas especializadas que aplicaram e/ou estudaram de fato a teoria da Burocracia Representativa.

Todos os demais artigos tratam do tema apenas de maneira tangencial, ou ainda, apenas o citavam como parte da construção de um argumento. Uma outra categoria de artigos encontrada representam os trabalhos com tópicos relacionados tais quais ações afirmativas e diversidade na burocracia, que não foram incluídos na análise desta revisão para dar mais clareza analítica ao estudo e não confundir conceitos que, embora semelhantes, abordam a representatividade por diferentes enfoques.

Além disso, 5 artigos foram descartados por estarem em idiomas diversos, sobretudo o Alemão. Os 23 artigos analisados, portanto, são os mais relevantes artigos escritos na língua inglesa cujo objeto de análise é a Burocracia Representativa.

A construção do banco de dados foi feita para facilitar a análise da literatura. A base de dados, embora não exaustiva, buscou trazer informações que apresentassem respostas às críticas e/ou reafirmação dos conceitos doutrinários analisados previamente.

Os artigos foram analisados de acordo com alguns conceitos centrais, sendo eles:

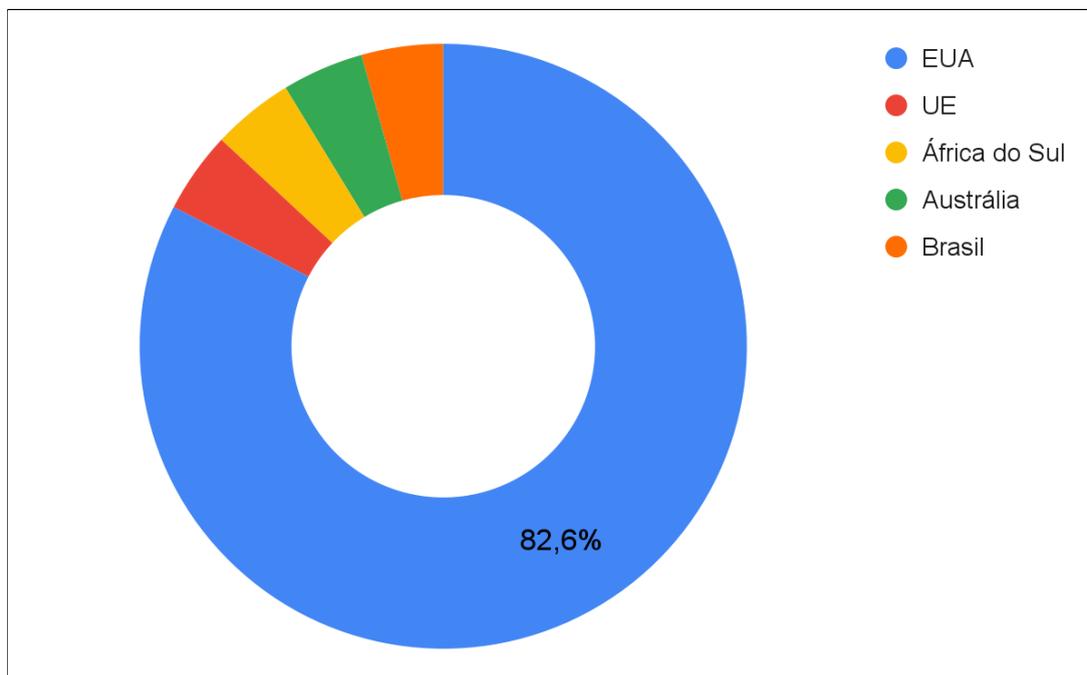
- i. País objeto do estudo;
- ii. Estratégia de análise (quantitativa, qualitativa ou mista);
- iii. Ideia principal abordada no artigo;
- iv. População estudada;
- v. Setor (nacional, regional ou local)
- vi. Unidade de análise (Gênero, Raça, Étnico).
- vii. Trata de qual tipo de representação (passiva, ativa ou simbólica)
- viii. Considera a opinião do público (sim ou não)
- ix. Tipo de resultado (efetividade de uma política, parcela da população, redução de desigualdade ou aplicação de orçamento).

2.3. Análise dos dados coletados

2.3.1. País objeto do estudo

Já havia ficado evidente que os EUA era o maior produtor de doutrina sobre o assunto. Dos 23 artigos analisados, apenas 4 não usaram como base os EUA para objeto de estudo. No Brasil, este assunto é muito pouco debatido e os poucos artigos sobre o tema não se tratam de estudos de campo, mas sim, apenas descrição da bibliografia já existente.

GRÁFICO I - Países Objetos def Estudo



A título de curiosidade, os demais países encontrados foram União Européia (um artigo), Austrália (um artigo), África do Sul (um artigo) e Brasil (um artigo). Este último caso, feito por uma universidade americana.

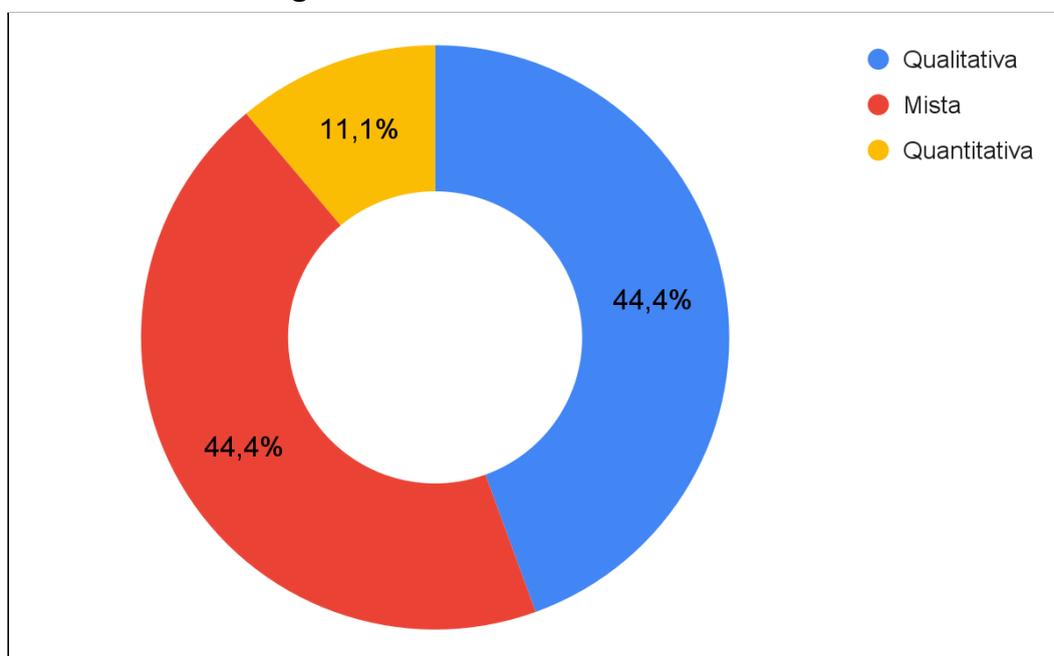
2.3.2. Estratégia de análise (quantitativa, qualitativa ou mista);

As estratégias adotadas nos artigos estudados adotaram, em sua maioria, a análise exclusivamente qualitativa de políticas públicas de burocracia representativa (43,5%), contra 30,4% em análises quantitativas e 26,1% em análises mistas. Interessante notar que poucos caso houve a incidência de “surveys” específicos para o estudo em questão (apenas 3 casos), sendo que na maioria dos casos, a utilização de métodos quantitativos pautaram-se em dados secundários, já existentes, que foram reaproveitados para a pesquisa.

Este fato se deve ao grande número de dados necessários para obter uma amostra significativa dentro de um corpo burocrático, motivo pelo qual a produção de dados pode se tornar custosa. Isso também explicaria o motivo

de a maioria dos artigos estudarem tão somente com análises qualitativas, baseados em análise de políticas já implementadas.

GRÁFICO II - Estratégias de Análise



2.3.2. Principais ideias abordadas nos artigos analisados e população estudada representados

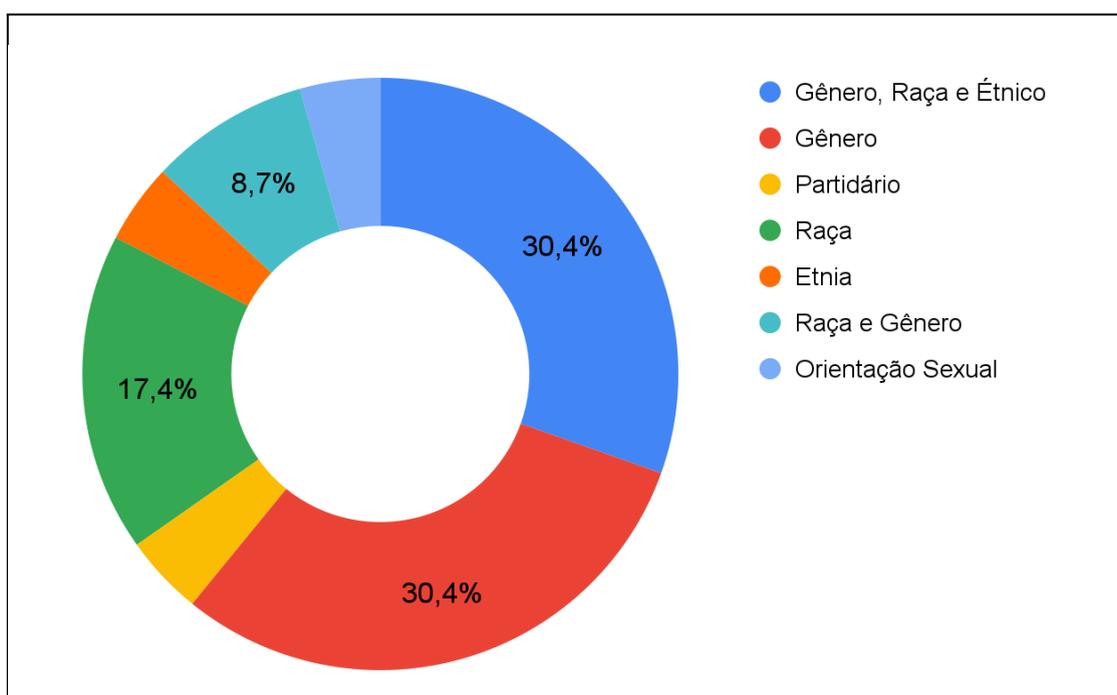
Ao longo dos artigos, tentou-se resumir em um único parágrafo a ideia central de cada artigo analisado, para facilitar futuras consultas e que estão disponíveis no ANEXO A. O que se pode afirmar é que os estudos que tratam do tema possuem como característica uma forte correlação com o tipo de representação que eles tratam. Ou seja, os artigos que possuem como ideia principal simplesmente a análise sob a perspectiva do burocrata e sua representatividade, tendem a tratar somente da representatividade passiva.

Por outro lado, os estudos que buscam analisar efetividade de políticas públicas e aplicação de orçamento, tendem a tratar da representatividade ativa. Por fim, os (raros) estudos que também se preocuparam com a opinião

do público alvo, tendem a ser estudos focados na representatividade simbólica.

Quanto às unidades de análise, há uma divisão equitativa entre Gênero e análises mistas, que levaram em consideração os 3 principais fatores (gênero, raça e etnia). A questão racial desponta como outra questão bastante relevante, sobretudo quando se trata de políticas educacionais e de segurança pública.

GRÁFICO III - Unidade de Análise



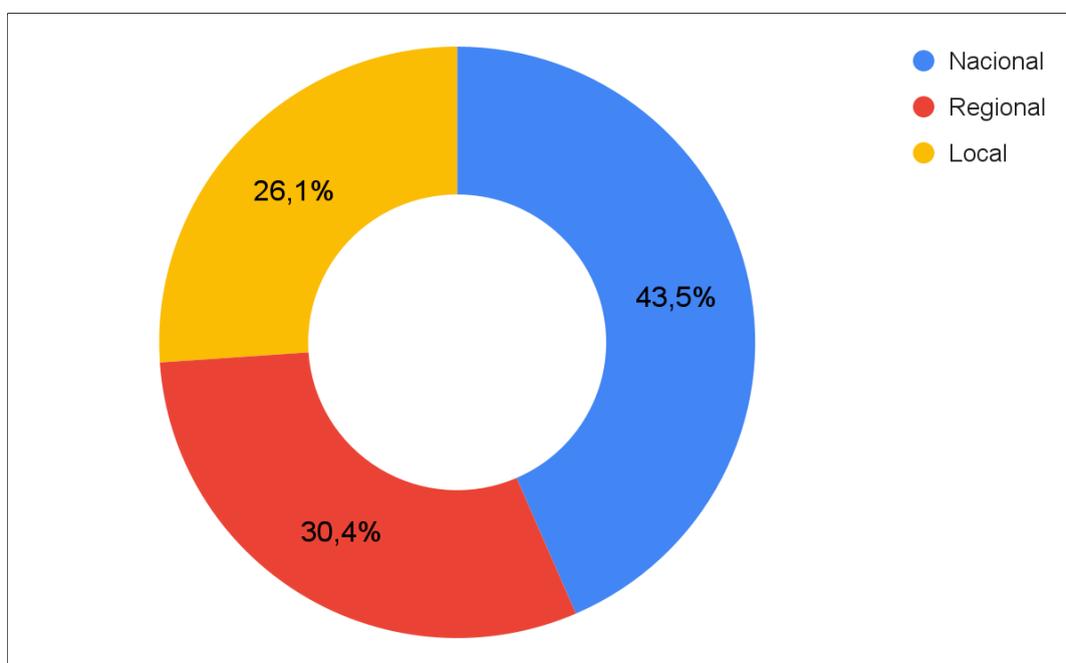
Destacam-se, ainda, dois grupos que apareceram, sendo elas: divisão partidárias e orientação sexual. No primeiro caso, tratou-se de um caso isolado, típico das especificidades do sistema eleitoral estadunidense.

Por outro lado, a questão de orientação sexual, embora não seja algo trabalhado com frequência nos artigos sobre burocracia representativa, faz-se mister observar que, assim como negros ou mulheres, o público LGBTQIA+ também necessita de políticas públicas específicas para terem seus direitos garantidos, o que pode ser um campo inexplorado dentro do tema.

2.3.3. Setores de Estudo e Tipos de Análises

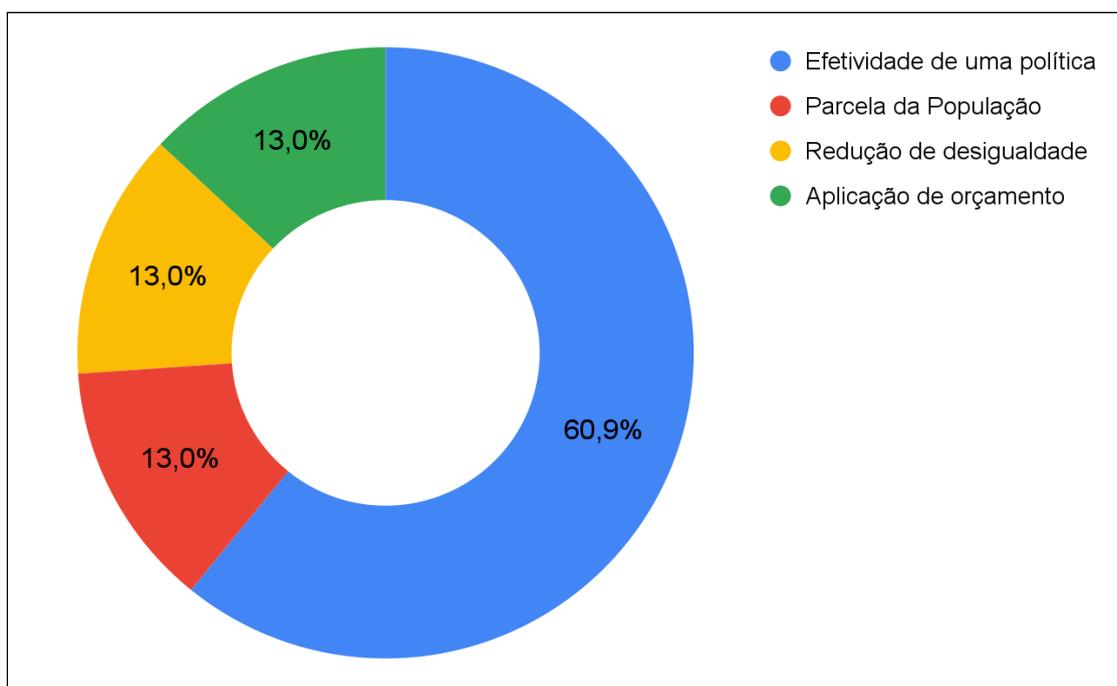
Verificou-se que a maioria dos estudos foram feitos no âmbito nacional (normalmente, uma entidade específica do âmbito federal), ou seja, tentou-se analisar os efeitos de políticas (ou ausência) de burocracia representativa em diversas áreas, como educação, segurança, saúde e poder judiciário. Esse talvez seja mais um motivo de haver tantas pesquisas qualitativas, pautadas na análise sobretudo de bibliografia sobre o tema, já que as pesquisas quantitativas no âmbito nacional demandam muitos recursos.

GRÁFICO IV - Setorização dos estudos analisados



Além disso, há praticamente um empate entre os estudos que trataram localmente (via de regra, um município ou ente municipal) e que trataram de questões regionais (via de regra, estaduais ou ente estadual).

GRÁFICO V - Tipos de Análise da Burocracia Representativa



Outra análise feita foi quanto ao tipo de análise que cada estudo se propôs. Após analisar os artigos selecionados, definiu-se 4 critérios para classificar como os estudos em Burocracia Representativa são conduzidos, sendo eles: i. Efetividade de uma política; ii. Parcela da população; iii. Redução de desigualdade; e iv. Aplicação do orçamento.

Nota-se pelo gráfico acima que a Efetividade de uma política é o que possui a maior incidência entre os estudos analisados, seguido por um empate entre os demais critérios. Na sequência, é feita a análise de critério individualmente.

2.3.3.1. Efetividade de uma política

Foram incluídas nesta classificação 60,9% dos artigos analisados. Isso porque, boa parte dos estudos visam analisar a eficácia de políticas de representatividade burocrática já implementadas, a exemplo do estudo feito pela Nicole M. Rishel Elias (2013), que analisou de maneira genérica os resultados das políticas federais americanas de inclusão e diversidade, ainda que de maneira qualitativa, ou ainda, o estudo de Yongbeom Hur e Ruth Ann Strickland (2012) que analisaram como os governos locais da Carolina Norte

responderam às questões de gestão da diversidade, como recrutamento, contratação e retenção de força de trabalho diversificada.

Além disso, outra modalidade de estudo que entrou no critério "Efetividade de uma Política" foram aqueles que analisaram o modo como uma determinada política influenciava a representatividade na burocracia. Como exemplo deste critério, cita-se o estudo de Constance A. Lindsay e Cassandra M. D. Hart (2017), que analisaram a diferença de tratamento punitivo no sistema educacional na Carolina do Norte com base na raça dos professores e dos alunos.

Interessante notar que neste critério, apenas um estudo foi classificado como "representatividade passiva" quando analisado, o que significa dizer que estudos que analisam a efetividade de uma política estão normalmente vinculados com a representatividade ativa ou simbólica. Esta afirmação corrobora-se com a noção dos 3 tipos de representatividade vistos anteriormente. A mera representação passiva em uma burocracia por si só, conforme estudado no capítulo 1, não é suficiente para garantir melhores políticas e tomadas de decisão, sendo necessária uma atitude mais ativa dos burocratas para verificar melhores resultados para os públicos sub representados.

2.3.3.2. Parcela da população

O critério "parcela da população" serve para classificar os estudos que simplesmente analisam a existência de representatividade de um determinado grupo dentro da burocracia. Por este critério, portanto, fica evidente que todos os estudos analisados focaram puramente na representatividade passiva. Como exemplo de estudo de "parcela da população", podemos citar o estudo de Brinck Kerr, Grace Rusk Kerr e Will Miller (2014), que analisaram a representação burocrática entre profissionais mulheres na área de educação nos EUA.

Estes estudos são meramente descritivos de uma realidade e tendem a se aprofundar nos resultados diretos das políticas de burocracia

representativa, ou seja, se elas de fato aumentaram a representatividade nos quadros de burocratas, sem se aprofundar, contudo, nos efeitos dessa representatividade nas políticas públicas implementadas.

2.3.3.3. Redução de desigualdade

Nestes estudos, foram classificados os casos em que ocorreram políticas de burocracia representativa que auxiliaram de alguma maneira na redução de desigualdade de representação, ou ainda, como burocratas, ainda que em estado de desigualdade de representação, poderiam atuar para reduzir desigualdades nas políticas que são implementadas. Um exemplo deste tipo de estudo seria o artigo de Elizabeth Stearns, Martha Cecilia Bottía, Eleonora Davalos, Roslyn Arlin Mickelson, Stephanie Moller e Lauren Valentino (2016), no qual analisou-se a influência de raça e gênero dos professores de ensino médio na quantidade de alunas que vão para cursos superiores de ciência e tecnologia.

2.3.3.4. Aplicação do orçamento

Por fim, o critério de aplicação de orçamento enquadra aqueles estudos que especificamente tratam da relação da burocracia representativa com a alocação de recursos para os seus respectivos grupos.

Exemplificando este tipo de critério, o estudo de Kendall D. Funk e Andrew Q. Philips (2019), analisou o critério de gastos em todas as prefeituras brasileiras, com base no gênero do(a) prefeito(a), identificando que existem temas que são mais propensos a serem tratados por mulheres como ensino infantil (creches) ou políticas que promovam o bem-estar social.

Este tipo de estudo é particularmente eficiente como critério para compreender a efetividade de uma representação ativa, já que os critérios a serem analisados são objetivos, sendo portanto uma maneira eficiente de demonstrar o impacto da burocracia representativa.

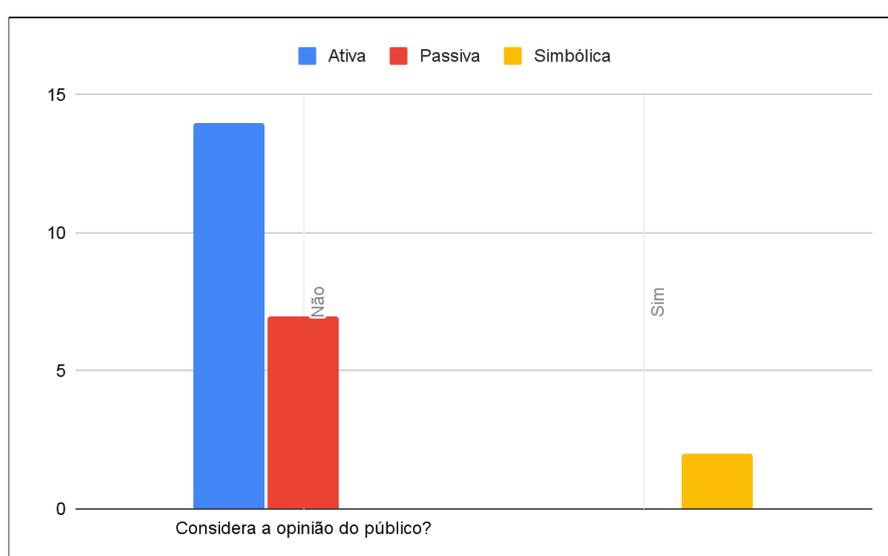
2.3.4. A correlação entre Opinião do Público Alvo e o Tipo de Representatividade

Como última análise da bibliografia analisada, decidiu-se averiguar quais os estudos que, para além de analisar as políticas públicas sob o prisma do burocrata, preocupou-se em analisar também a sua efetividade da perspectiva do público atingido. Em outras palavras, investigou-se quantos estudos estavam também se preocupando com o que se convencionou chamar de representatividade simbólica.

Surpreendentemente, apesar de a representatividade simbólica ser retratada na literatura sobre o tema desde 1977 por Eulau e Karps (1977), como sendo esta a representação que garante que o público alvo também deve perceber a melhoria na representação burocrática, razão sem a qual, não é possível definir com certeza se a burocracia representativa está cumprindo seu papel.

Conforme o gráfico abaixo, fica evidente que a maioria dos estudos (21 de 23) limitou-se aos estudos de representatividade ativa ou passiva, não levando em conta o fator principal para analisar a efetividade da política, que é a percepção do público alvo sobre ela.

GRÁFICO VI - Opinião do Público x Tipos de Representatividade



Deste modo, conclui-se que os estudos mais relevantes sobre a Burocracia Representativa nos últimos 10 anos não deram sequência aos avanços teóricos sobre o tema, deixando de lado a representação simbólica e enfatizando somente na perspectiva dos burocratas (representações ativa e passiva). Esta talvez seja a maior lacuna encontrada nos estudos e que, de fato, dão ensejo às críticas à teoria supra mencionadas no capítulo anterior (vide item 1.4.).

Restou evidente, portanto, que a burocracia representativa enquanto imperativo de melhores resultados ao atendimento do interesse público, por ora, não é corroborada pelas pesquisas apresentadas em sua maioria, porque deixam de analisar um fator relevante na avaliação de resultados, que é justamente a percepção do público-alvo quanto a eventuais melhores nos serviços prestados.

CONCLUSÃO

Conforme visto, a teoria da Burocracia Representativa sugere que os funcionários públicos que representem a população em termos de raça, etnia e sexo podem auxiliar na garantia de que os interesses de todos os grupos serão considerados no processo de tomada de decisão. Isso ocorreria porque, individualmente, cada burocrata refletiria as visões daqueles que compartilham a mesma experiência demográfica.

De acordo com a revisão bibliográfica feita, constatou-se que a literatura propõe um número pequeno de estudos que conseguem aferir de maneira objetiva se os grupos representados estavam de fato sendo representados (seja por meio da representação simbólica ou pelo critério de alocação de recursos).

Dos 104 estudos analisados, apenas 23 tratavam especificamente do tema burocracia representativa, contudo, a maioria deles tangencia o tema, com vistas a analisar a questão pelo sob outras rubricas como políticas inclusivas ou diversidade. Desta feita, constatou-se que para que o conceito de Burocracia Representativa se firme como de fato uma teoria amplamente aceita e tida como efetiva para o poder público, faz-se necessário mais estudos que consigam estabelecer onexo causal entre a representação ativa e a simbólica.

Deste modo, recomenda-se que futuras pesquisas no tema não deixem de lado a opinião do público, sendo esta uma parte essencial para garantir a demonstração empírica da efetividade da teoria. Verificou-se no tópico 1.4., algumas críticas à teoria da Burocracia Representativa. Dentre elas, a autora australiana Elizabeth Ganter (2016), afirma que as pesquisas e trabalhos que se debruçam sobre a burocracia representativa priorizam a administração pública e se esquecem dos grupos representados.

Feita a análise da bibliografia, deve-se pontuar que os argumentos da autora têm embasamento na análise feita por este trabalho. Os estudos analisados carecem de perguntas que chegam ao cerne da questão: afinal, a

Burocracia Representativa gera melhores resultados para a administração pública e seus representados?

A resposta a esta pergunta, com base nos textos analisados, é de que não há certeza sobre a real efetividade da burocracia representativa, embora haja fortes indícios de ela cumpra o papel a que se propôs quando surgiu em 1944, verificado sobretudo nos estudos que tratam de critérios de alocação de recursos. Por outro lado, permanece a provocação levantada por Meier e Hawes (2009), qual seja, a de que haveria uma mera correlação entre representação passiva e ativa, sem qualquer vínculo de causalidade, uma vez que locais nos quais há maior representação burocrática passiva tenderiam a ter uma maior representatividade dos interesses da comunidade por se tratarem de questões correlacionadas.

Para eliminar ou convalidar esta hipótese, mais estudos deveriam ser feitos estabelecendo a análise histórica de implementação de políticas públicas que favoreçam a representatividade burocrática em relação às políticas de diversidade e inclusão. Neste sentido, recomenda-se que futuros estudos, trabalhem conjuntamente com as duas frentes, preferencialmente envolvendo também a participação do público-alvo, qual seja, os grupos sub representados nas burocracias.

BIBLIOGRAFIA

ATKINS, D. N. e WILKINSs, V. M. **Going beyond reading, writing, and arithmetic: The effects of teacher representation on teen pregnancy rates.** *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 23, 2013, p. 771-790.

BOYD-SWAN, Casey H. e ANTHONY D. Molina. **Cultural Competence & Citizen-Administrator Value Congruence.** *Public Administration Quarterly*, v. 42, n. 4, 2018, p. 427–65, <https://www.jstor.org/stable/26892948>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BOYD, Christina L. **Representation on the Courts? The Effects of Trial Judges' Sex and Race.** *Political Research Quarterly*, v. 69, n. 4, 2016, p. 788–99. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/44018057>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luis. C. **Construindo o Estado Republicano.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis C. **Do Estado patrimonial ao gerencial.** In: PINHEIRO, W.; SACHS, I. Org(s). *Brasil: Um século de transformações.* São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 222-259.

ELIAS, Nicole M. Rishel. **Shifting Diversity Perspectives And New Avenues For Representative Bureaucracy.** *Public Administration Quarterly*, v. 37, n. 3, 2013, p. 331–72. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24372111>. Acesso em: 16 mai. 2022.

EULAU, H. e KARPS, P. D. **The puzzle of representation: Specifying components of responsiveness.** *Legislative Studies Quarterly*, v. 2, 1977, p. 233-254.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **Burocracia e Política A Construção Institucional da Política Comercial Brasileira.** 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

FERNANDEZ, Sergio e Hongseok Lee. **The Transformation of the South African Public Service: Exploring the Impact of Racial and Gender Representation on Organisational Effectiveness.** *The Journal of Modern African Studies*, v. 54, n. 1, 2016, p. 91–116. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/26309778>. Acesso em: 16 mai. 2022.

FUNK, Kendall D. e PHILIPS, Andrew Q. **Representative Budgeting: Women May deors and the Composition of Spending in Local Governments.** *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 1, 2019, p. 19–33.

Disponível em <http://www.jstor.org/stable/45276888>. Acesso em: 16 mai. 2022.

GANTER, Elizabeth. **'Just Bums on Seats'?** Reluctant Representatives: Blackfella Bureaucrats Speak in Australia's North, v. 37, ANU Press, 2016, p. 1–26. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1rqc9f9.6>. Accessed 30 May 2022.

GANTER, Elizabeth. **Speaking Truth to Theory.** Reluctant Representatives: Blackfella Bureaucrats Speak in Australia's North, v. 37, ANU Press, 2016, p. 1-26 / 157–88. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/j.ctt1rqc9f9.11>. Acesso em: 16 mai. 2022.

GIBRAN, Joan M. **Exploring The Links Between Passive And Active Representation In Tennessee State Agencies.** Public Administration Quarterly, v. 37, n. 1, 2013, p. 36–70. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24371988>. Acesso em: 16 mai. 2022.

GRISSOM, Jason A., et al. **The 'Representative Bureaucracy' in Education: Educator Workforce Diversity, Policy Outputs, and Outcomes for Disadvantaged Students.** Educational Researcher, v. 44, n. 3, 2015, p. 185–92. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24571254>. Acesso em: 16 mai. 2022.

HINDERER, J. J. **Representative bureaucracy: Imprimis evidence of active representation in the EEOC district offices.** Social Science Quarterly, v. 74, 1993, p. 95-108.

HOLMAN, Mirya R. **Women in Local Government: What We Know and Where We Go from Here.** State & Local Government Review, v. 49, n. 4, 2017, p. 285–96, <https://www.jstor.org/stable/48571775>. Acesso em: 16 mai. 2022.

HUR, Yongbeom, e STRICKLAND, Ruth Ann. **Diversity Management Practices And Understanding Their Adoption: Examining Local Governments In North Carolina.** Public Administration Quarterly, v. 36, n. 3, 2012, p. 380–412. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/41804551>. Acesso em: 16 mai. 2022.

KENNEDY, Brandy. A.. **Unraveling representative bureaucracy: A systematic analysis of the literature.** Administration & Society, 46, 2012. p. 395-421.

KERR, Brinck, et al. **Bureaucratic, Leadership, And Workforce Representation Among Female Administrators, Principals, Assistant Principals, And Classroom Teachers In U.S. School Districts, 2002-2008.** Public Administration Quarterly, v. 38, n. 3, 2014, p. 371–404. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24372036>. Acesso em: 16 mai. 2022.

KIM, S. P. **Public bureaucracy and regionalism in South Korea.** *Administration & Society*, v. 25, 1993, p. 227-242.

KINGSLEY, J. Donald. **Representative Bureaucracy.** Yellow Springs, OH: Antioch Press, 1944.

KROPF, Martha, et al. **Representative Bureaucracy and Partisanship: The Implementation of Election Law.** *Public Administration Review*, v. 73, n. 2, 2013, p. 242–52. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/23355468>. Acesso em: 16 mai. 2022.

LEITE, L. Q. **Reflexões teóricas sobre modelos de Gestão Pública: o paradigma weberiano, a New Public Management e o Estado Neo-Weberiano.** *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, [S. l.], n. 1, 2016. DOI: 10.18829/rp3.v0i1.17801. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/16827>. Acesso em: 16 mai. 2022.

LEVITAN, D. **The responsibility of administrative officials in a democratic society.** *Political Science Quarterly*, v. 61, 1946, p. 562-598.

LINDSAY, Constance A. e Cassandra M. D. Hart. **Exposure to Same-Race Teachers and Student Disciplinary Outcomes for Black Students in North Carolina.** *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 39, n. 3, 2017, p. 485–510. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/44983402>. Acesso em: 16 mai. 2022.

LONG, Norton E. **Bureaucracy and constitutionalism.** *American Political Science Review*, v. 46, 1952, p. 808-818.

MCBEATH, Bowen, et al. **“Under What Conditions Does Caseworker-Caregiver Racial/Ethnic Similarity Matter for Housing Service Provision? An Application of Representative Bureaucracy Theory.** *Social Service Review*, v. 88, n. 1, 2014, p. 134–65. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/675373>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MEIER, K. J. **Representative bureaucracy: An empirical analysis.** *American Political Science Review*, v. 69, 1975, p. 526-542

MEIER, K. e ENGLAND, R. **Black representation and education policy: Are they related?** *American Political Science Review*, v. 78, 1984, p. 392-403.

MEIER, K. J. e NIGRO, L. G. **Representative bureaucracy and policy preferences: A study in the attitudes of federal executives.** *Public Administration Review*, v. 36, 1976, p. 458-469

MEIER, K. e CROTTY Nicholson J. **Gender, representative bureaucracy, and law enforcement: The case of sexual assault.** Public Administration Review, v. 66, 2006, p. 850-861

MILLER, Karen Johnston. **Representative Bureaucracy And Multilevel Governance In The Eu: A Research Agenda,** Geopolitics, History, and International Relations, v. 4, n. 1, 2012, p. 50–75, <https://www.jstor.org/stable/26804833>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MODLIN, Steve e DOUG Goodman. **Finance Officer Organizational Influence: Does Gender Matter?** Public Administration Quarterly, v. 42, n. 3, 2018, p. 372–94, <https://www.jstor.org/stable/26892944>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MOSHER, Frederick. C. **Democracy and the public service.** Nova Iorque, NY: Oxford University Press. 1968.

NAFF, K. C., & Capers, K. J. **The complexity of descriptive representation and bureaucracy: The case of South Africa.** International Public Management Journal, v. 17, n. 5, 2014.

NISHISHIBA, Masami. **Local Government Diversity Initiatives in Oregon: An Exploratory Study.** State & Local Government Review, v. 44, n. 1, 2012, p. 55–66. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/23120543>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PARK, Sanghee. **The Politics of Redistribution in Local Governments: The Effect of Gender Representation on Welfare Spending in California Counties.** Journal of Public Policy, v. 34, n. 2, 2014, p. 269–301. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/43864464>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PETERS, Guy. **Still the century of bureaucracy? The roles of public servants.** Public Policy and Administration. 2009, n. 30, p. 7-21.

PITKIN, H. F.. **The concept of representation.** Berkeley: University of California Press, 1967.

PITTS, D. W. **Representative bureaucracy, ethnicity, and public schools: Examining the link between representation and performance.** Administration & Society, v. 39, 2007, p. 497-526.

RIPER, P. Van. **History of the US Civil Service.** Evanston, IL: Row Peterson and Company, 1958.

ROMAN, Alexandru. **The Roles Assumed By Public Administrators: The Link Between Administrative Discretion And Representation.** Public

Administration Quarterly, v. 39, n. 4, 2015, p. 595–644. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24772909>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SECCHI, Leonardo (2009). Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista De Administração Pública, 43(2), 347 a 369. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6691>. Acesso em 11 mai. 2022.

SHRADER, Russell. **Broadening Partner Benefits To Improve Recruitment And Retention Among Lgbt Employees In United States Institutions Of Higher Education.** Public Administration Quarterly, v. 40, n. 1, 2016, p. 180–207. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24772947>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SILARD, Anthony e JONATHAN F. Anderson. **The Influence Of Disparate Emotional Labor Performances By Diverse Group Members On Government Legitimacy.** Public Administration Quarterly, v. 42, n. 2, 2018, p. 159–82, <https://www.jstor.org/stable/26893925>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SMITH, Amy E. **On The Edge Of A Glass Cliff: Women In Leadership In Public Organizations.** Public Administration Quarterly, v. 39, n. 3, 2015, p. 484–517. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/24773425>. Acesso em: 16 mai. 2022.

STEARNS, Elizabeth, et al. **Demographic Characteristics of High School Math and Science Teachers and Girls' Success in STEM.** Social Problems, v. 63, n. 1, 2016, p. 87–110. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/44014896>. Acesso em: 16 mai. 2022.

ANEXO A - DADOS DOS ARTIGOS ANALISADOS PARA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O TEMA “BUROCRACIA REPRESENTATIVA”, DO PERÍODO DE 2012 A 2021

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
1	Shifting Diversity Perspectives and New Avenues for Representative Bureaucracy	Nicole M. Rishel Elias	2013	EUA	Qualitativa	Análise dos resultados das Políticas Federais Americanas de inclusão e diversidade	Servidores federais Americanos	Federal	Gênero, Raça e Étnico	Sim	Simbólica	Não	Efetividade de uma política
2	The "Representative Bureaucracy" in Education: Educator Workforce Diversity, Policy Outputs, and Outcomes for Disadvantaged Students	Jason A. Grissom, Emily C. Kern and Luis A. Rodriguez	2015	EUA	Mista	Burocracia Representativa na educação	Burocratas de nível de rua	Federal	Gênero, Raça e Étnico	Sim	Passiva	Não	Parcela da População
3	Representative Bureaucracy and Multilevel Governance in the EU	Karen Johnston Miller	2012	UE	Qualitativa	Mulheres ocupando cargos na burocracia de países da UE.	Instituições políticas e democráticas da UE	Multinível	Gênero	Não	Ativa	Não	Redução de desigualdade

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
4	On the Edge of a Glass Cliff: Women in leadership in Public Organizations	Amy E. Smith	2015	EUA	Mista	Mulheres em órgãos públicos	Servidoras Americanas em cargos de liderança	Multinível	Gênero	Sim	Simbólica	Não	Efetividade de uma política
5	Representative Bureaucracy and Partisanship: The Implementation of Election Law	Martha Kropf, Timothy Vercell Otti, Kimball David C.	2013	EUA	Mista	A participação ativa de oficiais da eleição americana quanto ao cadastro de novos eleitores dependendo de sua filiação partidária	Oficiais de Eleições	Estadual	Partidário	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política
6	Under What Conditions Does Racial/Ethnic Similarity Matter For Housing Service Provision? An Application Of Representative Bureaucracy Theory	Bowen McBeath, Emmeline Chuang, Alicia Bunger e Jennifer Blakeslee	2014	EUA	Mista	Um assistente social atua de maneira mais ativa quando se identifica etnicamente com o cliente	Assistentes sociais	Local	Raça	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
7	Exploring the Links Between Passive and Active Representation in Tennessee State Agencies	Joan M. Gibran	2013	EUA	Quantitativa	Coleta de dados nas agências estaduais para analisar a percepção dos agentes públicos sobre como a representação passiva pode se tornar ativa.	Agentes públicos do Tennessee	Estadual	Gênero, Raça e Étnico	Sim	Ativa	Não	Efetividade de uma política
8	The Influence of Disparate Emotional Labor Performances by Diverse Group Members on Government Legitimacy	Anthony Silard e Jonathan F. Anderson	2018	EUA	Qualitativa	Performance emocional de grupos sub representados onde há uma maioria de outro grupo representativo e qual a legitimidade desta burocracia	Servidores federais Americanos	Multinível	Raça	Não	Passiva	Não	Redução de desigualdade

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
9	The Roles Assumed by Public Administrators: The Link Between Administrative Discretion and Representation	Alexandru Roman	2015	EUA	Qualitativa	Relação entre representatividade e poder discricionário da burocracia, Examinar os resultados para as minorias sociais dentro de um conjunto específico de práticas administrativas ou políticas públicas.	Servidores federais Americanos	Federal	Gênero, Raça e Étnico	Sim	Ativa	Não	Efetividade de uma política
10	The transformation of the South African Public Service: exploring the impact of racial and gender representation on organisational effectiveness	Sergio Fernandez e Hongseok Lee	2016	África do Sul	Qualitativa	Analisa correlação entre representação passiva na burocracia sulafricana o seu reflexo nos resultados (representação ativa)	Servidores públicos sulafricanos	Federal	Gênero, Raça e Étnico	Sim	Ativa	Não	Efetividade de uma política

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
11	Reluctant Representatives: Blackfella bureaucrats speak in Australia's north	Elizabeth Ganter	2016	Austrália	Qualitativa	Impacto das políticas de burocracia representativa com povos aborígenes na Austrália	Servidores públicos Australianos	Federal	Etnia	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política
12	Cultural Competence & Citizen-Administrator Value Congruence	Casey H. Boyd-swane Anthony D. Molina	2018	EUA	Quantitativa	Analisa meios de melhorar a "competência cultural" entre diferentes grupos de administradores públicos	Policiais	Local	Raça	Sim	Simbólica	Sim	Efetividade de uma política
13	Representative Budgeting: Women Mayors and the Composition of Spending in Local Governments	Kendall D. Funk and Andrew Q. Philips	2019	Brasil	Quantitativa	Análise dos gastos nas prefeituras brasileiras, com base no gênero do(a) prefeito(a).	Prefeituras	Local	Gênero	Não	Ativa	Não	Aplicação de orçamento

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
14	Demographic Characteristics of High School Math and Science Teachers and Girls' Success in STEM	Elizabeth Stearns, Martha Cecilia Bottía, Eleonora Davalos, Roslyn Arlin Mickelso, Stephanie Moller e Lauren Valentino	2016	EUA	Quantitativa	Análise da influência de raça e gênero dos professores de ensino médio na quantidade de alunas que vão para cursos superiores de ciência e tecnologia.	Professoras e estudantes	Local	Raça e Gênero	Não	Simbólica	Sim	Redução de desigualdade
15	Bureaucratic, Leadership, and workforce Representation Among Female Administrators, Principals, Assistant Principals, and Classroom Teachers in US School Districts, 2002-2008	Brinck Kerr, Grace Rusk Kerr, e Will Miller	2014	EUA	Quantitativa	Representação burocrática entre profissionais da área de educação nos EUA	Profissionais de Educação	Local	Gênero	Não	Passiva	Não	Parcela da População

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
16	Broadening Partner Benefits to Improve Recruitment and Retention Among LGBT Employees in United States Institutions of Higher Education	Russell Shrader	2016	EUA	Mista	Efetividade de políticas de inclusão de pessoas LGBT no mercado de ensino superior americano na retenção destes profissionais	Profissionais em ensino superior	Local	Orientação Sexual	Não	Passiva	Não	Efetividade de uma política
17	Finance Officer Organizational Influence	Steve Modlin e Doug Goodman	2018	EUA	Quantitativa	Desempenho organizacional relacionado ao orçamento e às diferenças de gênero.	Administradores financeiros de Carolina do Norte	Estadual	Gênero	Não	Passiva	Não	Aplicação de orçamento
18	Representation on the Courts? The Effects of Trial Judges' Sex and Race	Christina L. Boyd	2016	EUA	Mista	Analisa a efetividade de uma política de aumento de juízas nas cortes americanas.	Poder judiciário	Nacional	Raça e Gênero	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(continua)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
19	Women in Local Government	Mirya R. Holman	2017	EUA	Qualitativa	Analisa os efeitos da falta de paridade de homens e mulheres nos governos locais dos EUA.	Governos locais	Nacional	Gênero	Não	Passiva	Não	Parcela da População
20	Local Government Diversity Initiatives in Oregon: An Exploratory Study	Masami Nishishiba	2012	EUA	Qualitativa	Identifica fatores chave no desenvolvimento e implementação de iniciativas de diversidade em Oregon.	Governo local de Oregon	Estadual	Gênero, Raça e Étnico	Não	Passiva	Não	Efetividade de uma política
21	Exposure to Same-Race Teachers and Student Disciplinary Outcomes for Black Students in North Carolina	Constance A. Lindsay e Cassandra M. D. Hart	2017	EUA	Qualitativa	Analisa a diferença de tratamento punitivo no sistema educacional na Carolina do Norte com base na raça dos professores e dos alunos.	Professores	Estadual	Raça	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política

Tabela 1 - Dados dos artigos analisados para revisão bibliográfica sobre o tema "Burocracia Representativa", do período de 2012 a 2021

(conclusão)

Relevância JSTOR	Título	Autor(es)	Ano	País	Estratégia de Análise	Ideia Principal	População estudada	Setor	Unidade de Análise	Define Burocracia Representativa?	Passiva, Ativa ou Simbólica?	Considera a opinião do público?	Tipo de resultado?
22	The politics of redistribution in local governments: the effect of gender representation on welfare spending in California counties	Sanghee Park	2014	EUA	Quantitativa	Analisa a intensidade de investimento de bem-estar social por burocratas mulheres no estado da Califórnia.	Legisladoras da Califórnia	Estadual	Gênero	Não	Ativa	Não	Aplicação de orçamento
23	Diversity Management Practices and Understanding their Adoption: Examining Local Governments in North Carolina	Yongbeom Hur e Ruth Ann Strickland	2012	EUA	Qualitativa	Examina como os governos da Carolina Norte responderam às questões de gestão da diversidade, como recrutamento, contratação e retenção de força de trabalho diversificada.	Burocratas mulheres	Estadual	Gênero, Raça e Étnico	Não	Ativa	Não	Efetividade de uma política